

GEAP, À BEIRA DO CAOS, TRANSFERE CONTA PARA OS SERVIDORES

A GEAP vai completar 71 de existência em meio a uma crise sem precedente, que poderá levar à insolvência deste patrimônio construído integralmente com as contribuições de milhares de trabalhadores, pagas para que pudessem ter atendimento à saúde. Tragicamente, milhares de servidores que há longo das últimas décadas mantiveram em dia suas contribuições estão sendo expulsos do plano em razão dos reajustes abusivos, sendo o último de mais de 37% nas mensalidades.

Os dados dos ministérios apontam que mais de 30 mil servidores já foram excluídos do plano porque os mesmos não conseguem pagar os valores abusivos que a GEAP passou a cobrar. E, com a decisão da direção interina indicada pelo governo provisório de cobrar a diferença de 20% para 37%, retroativo ao período de vigência da liminar, outros milhares serão automaticamente excluídos do plano por absoluta incapacidade de pagar os valores absurdos das mensalidades.

No entanto, a maior tragédia da GEAP tem como causa a má gestão, praticamente pelas constantes intervenções do governo, que utiliza da convivência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da indiferença do TCU, que não faz auditoria nas contas do plano de saúde GEAP, mesmo sabendo de todas as falcatruas e desvios praticados por estes gestores indicados pelos governos de plantão, que transforma o plano de auto-gestão num cabide de emprego dos seus correligionários.

A FENASPS, que havia conseguido decisão judicial liminar que estabeleceu percentual de reajuste em 20%, mas posteriormente teve os seus efeitos suspensos, entrou com recurso e está aguardando julgamento. No campo da pressão política, a FENASPS faz constante gestão junto à direção da GEAP, à Comissão de Seguridade Social, aos parlamentares e órgãos afins, com realização de atos em todo o país.

Porém, é fundamental que os servidores contribuintes do Plano GEAP, utilizem os diversos canais de comunicação, principalmente as mídias sociais, e-mails, para pressionar a ANS, TCU, parlamentares e principalmente o governo – Casa Civil, na pessoa do ministro temporário Elizeu Padilha –, pois temos de evitar a qualquer custo que milhares de participantes do plano fiquem sem atendimento porque são expulsos pelo reajuste abusivo (veja os endereços no final desta nota).

É importante ainda que todos façam denúncias nos Procons, nas delegacias do consumidor e no Ministério Público. Afinal, grande parcela dos assistidos tem mais de 60 anos, estando amparados inclusive pelo Estatuto do Idoso, e não podem simplesmente ficar sem atendimento. Ainda há centenas de outros segurados que estão internados e/ou em tratamento de saúde continuado e não podem correr risco de morte por falta de atendimento do plano de saúde que pagaram durante a vida toda.

Todos que fazem parte do Plano de Saúde da GEAP, mais do que nunca, precisam estar unidos numa frente única para não deixar que os interventores levem o plano à bancarrota e a uma situação de total insolvência. Bem como não aceitaremos pagar a conta de incompetências administrativas, e dos desvios praticados por gente que não tem nenhum compromisso com a boa gestão do plano, bem como com milhares de vidas que dependem de atendimento a sua saúde.

Lutando todos juntos vamos resgatar o patrimônio que construímos para assegurar atendimento a nossa saúde!

OUSAR LUTAR VENCEREMOS. TODOS JUNTOS NESTA LUTA!
FENASPS - 32 ANOS DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS
E CONQUISTAS DA CLASSE TRABALHADORA!

Endereços para envio de e-mail:
 ANS – ouvidoria@ans.gov.br Casa Civil – casacivil@presidencia.gov.br TCU – ouvidoria@tcu.gov.br

OBSERVAÇÃO: A GEAP está enviando boletos de cobrança das diferenças de mensalidades nos meses em que tínhamos a Liminar da Justiça. Até que haja uma decisão definitiva da Justiça, estes boletos devem ser pagos para que não haja a interrupção nos atendimentos médicos/hospitalares.

UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

Após audiência da Assessoria Jurídica reestabelecida
 Liminar da Ação da FENASPS

“Informamos que a Juíza da 22a Vara Federal do DF ACATOU NOSSO PEDIDO na ação que discute o reajuste de 37,5%, RESTABELECENDO A COMPETÊNCIA DA JF, e TAMBÉM RESTABELECEU A LIMINAR para limitar o reajuste a 20%.

Há, entretanto, uma decisão do TRF que pode nos atrapalhar e prejudicar, publicada também hoje, no Agravo Interno em que pleiteávamos a mesma coisa. Neste Agravo a decisão foi pela incompetência da JF. Como este Agravo havia sido originalmente movido contra a decisão de Primeiro Grau que havia declinado da competência e revogado a liminar original (de 20%), Estamos peticionando (no Agravo, comunicação de sua perda de objeto, de modo que prevaleça a decisão de 1ª Instância. Vamos procurar sensibilizar a magistrada para que aceite nossos argumentos, diminuindo o reajuste e não penalizando milhares de usuários da GEAP!

MENSALIDADE SINDICAL

O Ministério do Planejamento já concluiu a parametrização da Mensalidade Sindical dos nossos filiados.

Se por ventura algum filiado constatar indícios de erro no desconto da mensalidade deve entrar em contato com o SINDPREVS para que possamos verificar a situação.

AÇÃO DO PSS SOBRE 1/3 DE FÉRIAS – INSS NOVO PRAZO – 23 DE SETEMBRO

A ação sobre o **indeferido desconto da contribuição previdenciária (PSS) sobre o terço constitucional de férias dos servidores lotados no INSS no âmbito do Estado do Paraná - ação ordinária coletiva nº 2007.70.00.032746-0**, foi julgada procedente em definitivo, cabendo a devolução dos valores descontados entre dezembro de 2002 a fevereiro de 2012. No final de junho encaminhamos Informativo sobre esta ação e também a Declaração para ser preenchida e encaminhada ao sindicato. A devolução desta Declaração ficou aquém do esperado e a Assessoria Jurídica conseguiu novo prazo, que se encerra em 23/SET/2016. É importante entrar em contato com o sindicato para saber se seu nome consta na listagem de quem direito a esta ação. Como também obter no Site www.sindprevspr.org.br a cópia da Declaração.

SINDPREVS-PR TEM DUAS VITÓRIAS DEFINITIVAS EM AÇÕES DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO EM 12 (DOZE) MESES

Informamos que em uma AÇÃO que tramita no Juizado Especial Federal do Município de Ponta Grossa e outra que tramita na Justiça Federal do Município de Curitiba, foi reconhecido definitivamente o direito de servidores do INSS à Progressão e/ou Promoção Funcional observando o período de 12 (doze) meses, além de considerar como termo inicial do interstício a data da última progressão ou promoção dos servidores ocorridas antes da entrada em vigor da Lei nº 11.501/2007, que deu nova redação ao artigo 7º da Lei nº 10.855/2004, ou seja, a data da entrada em exercício dos servidores, quando posterior à edição do referido diploma legal.

Com isso, nos próximos dias serão propostos os primeiros cumprimentos de sentença referentes à Progressão e/ou Promoção Funcional, com a execução de todo o valor devido em favor dos Autores das demandas (prestações que já venceram nos 5 anos anteriores à data do ajuizamento da ação e as que vierem a vencer no decorrer da execução), bem como com o enquadramento desses servidores no Nível e na Classe devida, sendo observado o período de 12 meses a contar da data de início do exercício do cargo.

Ademais, importante ressaltar que se trata de um dos primeiros casos no Brasil em que transitou em julgado a matéria constante nesta ação.

PROPOSTAS DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA ANVISA (11/06) E APROVADAS NA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS

1. Aprovação e cumprimento integral do acordo de negociação assinado em dezembro de 2015 pelas entidades nacionais;
2. Derrubada da exigência de assinatura de Termo de Opção para incorporação de gratificação - GEDR para os aposentados;
3. Reivindicar ao MPOG a incorporação de 100% da gratificação no Vencimento Básico (VB) para os servidores do Plano Especial de Cargos (PEC) da Anvisa. O acordo de 2015 garantiu apenas 70%;
4. Assegurar o direito de concessão de adicional de insalubridade e periculosidade, nos locais que possuam laudo pericial válido (independente ser do quadro específico ou efetivo);
5. Melhoria das condições de trabalho e instalações dos postos e de toda coordenação estadual da ANVISA;
6. Garantia de vinculação de política salarial e de reajustes isonômicos para ambos os quadros das agências reguladoras;
7. Manutenção da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
8. Pela redução da diferença de percentual entre as remunerações dos Níveis Superior e Intermediário e dos Níveis Intermediário e Auxiliar das Agências Reguladoras do Quadro Específico;
9. Reposição de vagas extintas do Quadro Específico quando da aposentadoria dos trabalhadores;
10. Contra a entrega da área de controle sanitário de Portos, Aeroportos e Fronteiras (PAFs) para as gestões estaduais e ou municipais;
11. Contra o controle eletrônico de frequência, com previsão de implementação experimental a partir de setembro/2016;
12. Contra o fechamento e desativação de postos de trabalho;
13. Pela mobilização nacional dos servidores do Quadro Específico em conjunto com demais categorias representadas pelo sindicatos de base estaduais e FENASPS;
14. Garantir que a Assessoria Jurídica da FenaspS elabore um instrumento, em conjunto com o Devisa, que vincule o PEC ao efetivo.

EXPEDIENTE: JORNAL DO SINDPREVS/PR
 SEDE LONDRINA: Av. Jorge Casoni, 2575 - CEP 86010-250 - Fone: (43) 3321 38 14
 SEDE CURITIBA: Av. Marechal Deodoro, 500 – Cj. 15B, 15º andar - CEP 80010-911 Fone (41) 3233 93 89

Edição sob responsabilidade da Direção Colegiada do SINDPREVS
 Fotos: Pedro Mesidor e Arquivos FENASPS e SINDPREVS
 Arte: Ângelo Gerônimo - Jornalista Responsável: Hugo Ramirez Filho
 Impressão: GRAFINORTE- 6 mil exemplares

DEVOLUÇÃO:

Av. Jorge Casoni, 2575
 86010-250 Londrina PR

Jornal do

sindPREVS

FENASPS

SETEMBRO
 DE 2016

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

Todos à luta!

A turbulência política nacional aponta em uma direção perigosa: ataque aos direitos sociais como Saúde e Educação. Também há projetos no Congresso Nacional que intensificam esses ataques como a terceirização, o congelamento e arrocho salarial e o governo ainda quer a Reforma da CLT e a REFORMA DA PREVIDÊNCIA, com desvinculação do Salário Mínimo dos Benefícios Previdenciários, o fim da Isonomia entre Ativos e Aposentados, com a colocação das aposentadorias dos servidores numa espécie de 'Fundão Caixa Preta' e a unificação das Previdências Geral e a dos Servidores.

Não tenham dúvidas de que este governo, a serviço do capital da agiotagem neoliberal tem como projeto a instalação do Estado Mínimo e a precarização de toda a espécie para a população. Depois de 14 anos de governos do PT os políticos de direita, acéfalos e famintos dos milhões da corrupção em contratos do governo, querem meter a mão no dinheiro do povo brasileiro confiando na impunidade que sempre vigorou neste país onde o capital especulativo exploratório, os políticos inescrupulosos e a justiça andam de braços dados na valsa dos vendilhões.

A FENASPS e as demais entidades de servidores federais, estaduais e municipais, juntamente com os trabalhadores e movimentos sociais estarão em Brasília realizando intensas atividades e Marcha nestes dias 12, 13 e 14 de setembro, em Brasília. Vamos todos combater este Estado Mínimo e os ataques perpetrados contra históricas conquistas dos servidores e do povo brasileiro. **A hora de lutar é agora!**

Sem luta não há conquistas!!!



INIMIGOS DO SERVIÇO PÚBLICO:

Deputados que são contra os direitos sociais do povo e votaram pela aprovação do PLP 257 e PEC 241
Deputados Paranaenses



FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS

UM GOLPE NEOLIBERAL CONTRA O BRASIL
 página 2

A LUTA CONTRA O PL 257 E A PEC 241
 página 3

REUNIÃO NA PRESIDÊNCIA DO INSS
 página 4

RELATÓRIO DA REUNIÃO NO PLANEJAMENTO
 página 5

O MITO DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA
 página 6

DOC SOBRE AS DIÁRIAS NA SESA
 página 7

GEAP A BEIRA DO CAOS
 página 8

NOVO PRAZO AÇÃO DO PSS INSS
 página 8

ENCARTE ESPECIAL COM
 TABELAS SALARIAIS

UM GOLPE NEOLIBERAL CONTRA O BRASIL!

A trama escondida atrás do Impeachment se revela nos projetos impostos pelo presidente golpista com aval e apoio fisiológico do congresso mais conservador desde a Constituinte de 1988. Nem na era FHC, no auge da privatária Tucana, esta horda de bandoleiros que atacam todas as conquistas e avanços sociais, ousaram atacar conquistas históricas dos trabalhadores como as que estão previstas no PLP 257 (com DNA de Dilma) e a PEC 241, que propõem congelar despesas, reajustes, concursos públicos, investimentos na Saúde e Educação por 20 anos. Esta onda conservadora neoliberal deu fôlego para esta elite nazifascista retomar o embate ideológico tentando impor seu programa conservador para fazer retroagir conquistas importantes como cotas raciais nas universidades e concursos, combate à homofobia, políticas de inclusão social para setores marginalizados, tentativa de impor pensamento único com projeto Escola Sem Partido e cobrar mensalidades nas universidades públicas.

Desmante da Saúde Pública, fim do SUS, aprofundamento da Reforma da Previdência com aumento da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres aos 65 anos, Teto Mínimo para aposentadorias e fim dos benefícios por Invalidez.

Planejam ainda acelerar as privatizações de Estatais, dismantelar a Petrobras proibindo a exploração de grandes reservas de petróleo e gás como o Pré-Sal, e com os novos dirigentes da estatal, além da venda da BR Distribuidora, a empresa se desfez de sua participação de 66% no Campo de Carcará, considerado uma das "joias da coroa", na Bacia de Santos, por US\$ 2,5 bilhões à petroleira norueguesa Statoil, um atentado contra o País porque vale US\$ 10 bilhões de dólares com previsão de produzir 6 bilhões de barris e venderam como se fosse pouco mais de 1,2 bilhões de barris. E Carcará faz parte de uma pequena lista de ativos que os novos dirigentes da estatal colocaram à venda desde a aplicação do golpe neoliberal.

Dentre as pretensões do novo mandatário está a colocação à venda para empresas transnacionais, terras e florestas, concedendo permissão para exploração de riquezas minerais em terras indígenas e, se puder, entregar as grandes corporações o maior reservatório de água potável do planeta, o Aquífero Guarani, que abrange oito Estados Brasileiros.



Privatizar o Aquífero Guarani significa impedir o acesso à água, não só dos mais pobres, mas de toda a população brasileira. Um crime de lesa-pátria, um crime contra a humanidade!



CONSTRUIR A UNIDADE DE CLASSE PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO NEOLIBERAL

O papel da classe trabalhadora é construir ampla unidade com setores do campo e cidade, preparando a luta para o enfrentamento destes ataques, organizando Comitês nas cidades e Frentes de Luta em todas as categorias, mobilizar todos os lutadores dos Estados, para fazer pressão total aos parlamentares, ocupar as ruas e barrar os ataques.

Na semana de 12 a 14 de Setembro o conjunto das entidades do funcionalismo público Municipal, Estadual e Federal, unificados com as bases das Centrais Sindicais que lutam contra os ataques do golpe neoliberal, retomam a luta organizando Marcha a Brasília preparando a GREVE GERAL CONTRA OS ATAQUES.

A presidente Dilma é ao mesmo tempo, vítima e culpada, pelas alianças que fez com os setores fisiológicos para fazer um governo a serviço dos poderosos, pagando um alto preço por suas escolhas. Mas querem transferir para a classe trabalhadora a conta desta crise, nós não aceitaremos pagar essa conta com a relirada das nossas conquistas.

Portanto, todos somos convocados para esta luta. A palavra de ordem é: "sempre na luta mantendo a coluna ereta, a mente quieta e coração tranquilo" (F. Takai).

A Luta continua sempre até a vitória.

Nossos inimigos dizem

Nossos inimigos dizem: A luta terminou. Mas nós dizemos: ela começou.

Nossos inimigos dizem: A verdade está liquidada. Mas nós dizemos: Nós a sabemos ainda.

Nossos inimigos dizem: Mesmo que ainda se conheça a verdade Ela não pode mais ser divulgada. Mas nós a divulgamos.

É a véspera da batalha.
É a preparação de nossos quadros.
É o estudo do plano de luta.
É o dia antes da queda
De nossos inimigos.

Bertolt Brecht

Cartão de luta com bandeiras de MT, FUNASA, SAÚDE INSS, PREVIDÊNCIA e ANVISA. Logo do sindPREvs FENASPS.

Atos contra Temer levam mais de 100 mil às ruas

No domingo, 04 de setembro, mais de 100 mil manifestantes protestaram em São Paulo contra o governo Temer exigindo eleições diretas já! Também ocorreram atos no Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Como sempre a repressão da PM é o ponto dissonante destas manifestações. Indignados contra o golpe na democracia, os trabalhadores e integrantes de movimentos sociais avisam que os protestos não vão parar enquanto não convocarem novas eleições.

Solicitações encaminhadas à SESA sobre a implantação do Relógio Ponto na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná

A Direção do SINDPREVS encaminhou Documento à Secretaria de Saúde do Paraná solicitando esclarecimentos sobre a implantação do Relógio Ponto e outras questões de interesse dos trabalhadores do Ministério da Saúde descentralizados à SESA, lotados nas Regionais de Saúde. Confram...

1 – Aplicação de inseticidas, com Ultra Baixa Volume (UBV) – PESADA, que consiste na Aplicação de inseticida espacial com equipamentos acoplado em veículos, que quebram as partículas calda/inseticida em minúsculas gotículas, ou supervisão da mesma: O com horário de trabalho dessa atividade normalmente é realizada entre 05:00 horas da madrugada até as 10:00 horas, o resto do período da manhã e utilizado para preparar o equipamento para a atividade da tarde, que reinicia as 15:00 horas e o início da aplicação do inseticida por volta das 16:00 podendo se prolongar até as 22:00 horas, inclusive em sábado, domingo e feriados.

2 – Atividade do Núcleo de Entomologia: O trabalho consiste em pesquisas entomológicas conforme a necessidade de cada região e/ou agravo de interesse dos Município/Estado, de cada Regional. Dependendo do agravo e atividades, os horários de trabalho oscilam bastante, tendo atividades dentro do horário comercial, atividade que envolva a montagem de armadilhas ao entardecer e recolhimento ao amanhecer e/ou atividades que envolva a captura de vetores a noite toda.

3 – Atividade de Assessoria Técnica / Monitoramento/ Supervisão, recebimento e distribuição de insumos, motoristas, entre outras: O trabalho consiste em se deslocar até o município (com ou sem motorista) para acompanhar e/ou assessorar as atividades do município na área de combate e controle de vetores, ou entrega de insumos. Normalmente o deslocamento para os municípios acontece mais cedo que o horário comercial, para que o técnico chegue ao município no início do horário comercial a fim de desempenhar melhor as suas atividades. Algumas dessas atividades podem se prolongar para além do horário comercial ou serem realizadas em sábados, domingos e feriados.

4 – Central de UBV: as atividades da central de UBV realizam todas as atividades citadas à cima, entre outras, na sua rotina, sendo necessário estabelecer com clareza como será a tratativa aos profissionais vinculados a essa estrutura.

5 – Em períodos de pouca transmissão vetorial essas atividades podem ocorrer de forma esporádica, entretanto em períodos de intensa transmissão vetorial essas atividades citadas à cima se tornam rotineiras, necessitando, portanto um melhor esclarecimento por parte da SESA, de como será a tratativa a fim de evitarmos descontinuidade de ações por questões burocráticas.

6 – Sabemos que algumas questões poderão ser justificadas pela chefia imediata, entretanto, esse procedimento necessita dos esclarecimentos a cima, a fim de evitar justificativas que por ventura não sejam aceitas, gerando desconto de salário do trabalhador, que em última instância acaba sendo prejudicado por esta contribuído com a gestão.

7 – Existe preocupação dos servidores em relação aos períodos pós-greves. Sempre que as greves terminam, geralmente através de acordos assinados com o governo federal, há a obrigatoriedade de reposição/compensação dos dias parados. Como fica essa questão em relação ao Relógio Ponto, já que o registro do Ponto é feito em até 10 minutos antes e 10 minutos depois da jornada diária?

ASSISTENTES SOCIAIS INSS

ENCAMINHAMENTOS DA AUDIÊNCIA ENTRE A COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DA FENASPS (CONASF) E A PRESIDÊNCIA DO INSS PARA TRATAR DE DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL - 26/08/2016

- Que seja convocada uma força tarefa de assistentes sociais para auxiliar na reestruturação da Divisão de Serviço Social;
 - A indicação do colega Anderson Cavalheiro, que será cedido nas próximas semanas, com a função de auxiliar a DSS na convocação dos servidores que vão compor a força tarefa;
 - Que a Presidência disponibilize os recursos necessários ao deslocamento desses profissionais;
 - Que sejam encaminhados os nomes para composição do GT pelas entidades participantes (CFESS, FENASPS, ABEPPS), para que seja encaminhada a portaria que institui o mesmo;
 - Localizar a minuta das atribuições no MPOG e reavaliar seu prosseguimento;
 - Cobrar que todas as propostas de alteração do modelo de avaliação da pessoa com deficiência sejam submetidas às entidades.
- O Relatório completo desta Audiência pode ser acessado em www.fenasps.org.br



8 – Outra questão que vale a penas nos debruçarmos e as condições de trabalho, em muitos locais falta o básico, citamos alguns exemplos:

8.1 – Material de trabalho: o assessor e/ou supervisor da Regional necessita ter os mesmos materiais que o Agente de Controle de Endemias-ACE, tanto para a execução dos treinamentos, quanto para o acompanhamento das atividades de campo quando se fizerem necessárias. Entretanto esse material até a presente data nunca foi fornecido.

8.2 – Equipamento de Proteção Individual - EPI: o assessor e/ou supervisor da Regional/ Central de UBV necessita ter os mesmos EPI's que o ACE, tanto para a execução dos treinamentos, quanto para o acompanhamento/ supervisão das atividades de aplicação de inseticida de ação residual, UBV – Costal Motorizada, UBV – Pesada, quando se fizerem necessárias. Atualmente esse material e fornecido pela Central de UBV, quando solicitado.

8.3 – Veículos: Em algumas Regionais e constante a falta de veículos e o cancelamento de atividades por falta do mesmo.

8.4 – Estrutura Física: Citamos o exemplo da 17ª RS – Londrina, onde se localiza a estrutura da VISA, atualmente trabalha no local aproximadamente 40 homens e 15 mulheres e possui um banheiro masculino e um feminino que também é dividido com a população. Além da falta de material de rotina e computadores.

8.5 – Falta de Recursos Humanos: Os profissionais descentralizados estão em fase de aposentadoria, muitas regionais não possui mais esse profissional.

8.6 - Treinamento/qualificações para supervisores das Regionais e atualização dos técnicos de aplicação de inseticida com UBV-pesada;

8.7 – Construir o POP na área de combate e controle de endemias e revisar o POP da aplicação de inseticida com a UBV-pesada, com os técnicos de aplicação de inseticida.

9 – A Portaria 243, de 10/03/2015, em seu artigo 21, Parágrafo 1º estabelece o prazo de 3 (três) anos para celebração de novo Convênio entre o Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde para cessão de servidores públicos do MS. A SESA/PR está a par desta situação? E o que fará para cumprir as determinações desta Portaria?

REUNIÃO NA SESA - 2/SET

Na sexta, 2 de setembro, a direção do SINDPREVS esteve reunida com o Diretor Geral da SESA, Zezifredo Paulo Alves Paz para tratar do Documento acima. Sobre o Ponto Eletrônico, fomos informados que ele será mantido e que, nos casos em que os servidores tiverem que se ausentar para realização de serviços externos, a chefia terá autonomia para fazer esse registro. Com relação aos prédios das Regionais, disseram que a SESA está verificando as condições dos mesmos e havendo necessidade fará reforma ou realocação dos mesmos. Na questão da jornada de 6 horas, Zezifredo disse que o Estado vai manter a jornada de 8 horas diárias conforme a legislação vigente. Em relação ao Convênio, ele informou que o Paraná tem interesse em renová-lo e que já mantiveram contato com o Ministério da Saúde e, como até agora não obtiveram resposta, estariam realizando novo contato para agilizar a assinatura de novo Convênio para cessão de servidores do Ministério da Saúde. O Diretor também comunicou que estará fornecendo resposta por escrito dos itens referentes ao documento com nossas solicitações.

AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Os plantonistas da Fenasp – (MG, PR, RS, SC, SP e oposição DF) – neste 2 de agosto, estiveram em audiência na Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho (MT), para tratar das demandas dos servidores do órgão. Fomos recebidos pelo secretário executivo adjunto, Luis Carlos Barbosa, já que o secretário executivo, Carlos Lacerda, teve que se ausentar para uma reunião emergencial. A Fenasp relatou as demandas dos trabalhadores, e apresentou os dados relativos às greves de 2010, 2012 e 2015, solicitando anistia das mesmas.

O secretário adjunto, Sr. Barbosa, afirmou não conhecer muito as questões dos servidores do MT, mas disse que o ministro da pasta, Ronaldo Nogueira, está disposto a estruturar a carreira desses trabalhadores e encaminhar o que for possível, ainda que não saiba se o mesmo continuará no cargo após a conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Ao final da reunião, o representante do MT solicitou que a Fenasp fizesse um dossiê desde 2010 até o presente momento, com todos os acordos de greve para ver quais pontos dos acordos e reposições ficaram pendentes. A Fenasp já encaminhou o dossiê ao MT e agora aguarda nova agenda do MT.

Seminário em defesa da PREVIDÊNCIA SOCIAL brasileira

Membros da Direção Colegiada do SINDPREVS/PR e Assitenentes Sociais do INSS de Ponta Grossa, Maringá, Castro, Iriti, Jaguariaiva, Pitanga, Telêmaco Borba e Campo Mourão, estiveram presentes no Seminário em defesa da PREVIDÊNCIA SOCIAL brasileira realizado em Ponta Grossa no dia 3 de setembro. Os palestrantes fizeram excelentes explanações sobre a Previdência Social e de sua importância para o povo brasileiro. Os debates mostraram a indignação da sociedade contra essa extinção e que deveremos manter atos e debates pela volta do Ministério da Previdência Social como também da realização de uma auditoria nas contas da Previdência. O relatório deste Seminário estará disponibilizado no site: www.uepg.br/eventos/defesadaprevidencia

O mito do déficit da previdência: fatia que faltava para o mercado financeiro

A falácia do rombo enorme da previdência é um mito criado para justificar a privatização da previdência e dos serviços assistenciais.

Com o novo governo do presidente interino, Michel Temer, e o novo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, fica escancarado que a solução vendida para a mídia para a crise financeira é a reforma da previdência.

A falácia é que o rombo da Previdência é enorme e sua estrutura insustentável para os anos que virão.

Trata-se de um mito criado para justificar a privatização da previdência e dos serviços assistenciais, e destinar ainda mais recursos para o setor financeiro. Pois, do orçamento federal gasto, os 22% investidos na Previdência (em 2014) correspondem ao maior gasto social do governo, superado apenas pelo pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

O déficit da previdência é a mentira tornada verdade depois de tantas vezes repetida.

Como isso é possível? Realizando manobras contábeis que se esquivem do que a Constituição Federal determina.

Portanto, para esclarecer o assunto, vamos à Constituição.

O primeiro ponto a se observar é que, antes de tudo, o correto, constitucionalmente, é transferir a discussão da "Previdência Social" para a "Seguridade Social", sendo a previdência apenas uma parte dela.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A seguridade social obtém superávits todos os anos, conforme levantamento da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). Dados sinalizam que entre 2008 e 2014, o superávit ultrapassa a casa dos R\$ 319 bilhões, assim distribuídos: 2008, R\$ 63.213 bilhões; 2010, R\$ 53.828 bi; 2012, R\$ 82.690 bi; 2013, R\$ 76.214 bi; e 2014, R\$ 53.892.

Lembrando, a previdência social faz parte da Seguridade Social. Portanto, reduzir a discussão apenas à previdência é esconder os superávits da Seguridade Social. Trata-se de "desonestidade constitucional", pois afinal, convenhamos, o que importa é se conseguiremos financiar a saúde, a assistência social e a previdência social.

E sim, mesmo no péssimo ano de 2014, a Seguridade Social obteve mais de R\$ 53 bilhões de superávit.

Vamos agora a outro erro monumental, que é considerar a contribuição feita pelo governo federal como uma despesa.

Voltemos à Constituição Federal.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

Ou seja, o caixa da Seguridade Social é composto por contribuições do governo, das empresas e do trabalhador.

A contribuição do governo não acontece para cobrir um rombo, mas para contribuir com sua parcela constitucional, assim como trabalhadores e empresas também o fazem.

Em momento algum foi pensado que apenas as contribuições de trabalhadores e empresas devem financiar a seguridade social ou a previdência social. Isso é cometer outra grave "desonestidade constitucional".

Por último, vamos a um fator extremamente agravante: o governo federal destina recursos da Seguridade Social para o orçamento fiscal, ou seja, para contribuir com a formação do "superávit primário", que significa, em bom português, a reserva de recursos para o pagamento da questionável dívida pública.

Para arrematar, como retoque final, o governo federal descumpra mais uma vez a Constituição Federal ao conceder desonerações que iriam diretamente para o caixa da Seguridade Social. Em 2013, por exemplo, R\$ 10 bilhões deixaram de ser arrecadados e poderiam aumentar, ainda mais, o superávit da Seguridade Social daquele ano, que foi de mais de R\$ 76 bilhões.

Fica uma pergunta no ar...?

Algo como: mas qual seria o motivo para a insistente divulgação do rombo da Previdência?

Ora... basta olhar o gráfico do Orçamento da União Executado em 2014:

Já gastamos 45% com juros e amortizações da dívida. Educação, saúde e trabalho não chegam aos 4% cada. Cultura recebe 0,04% do orçamento, direitos da cidadania 0,03%. Não há mais de onde extrair riquezas do país e transferir ao setor financeiro.

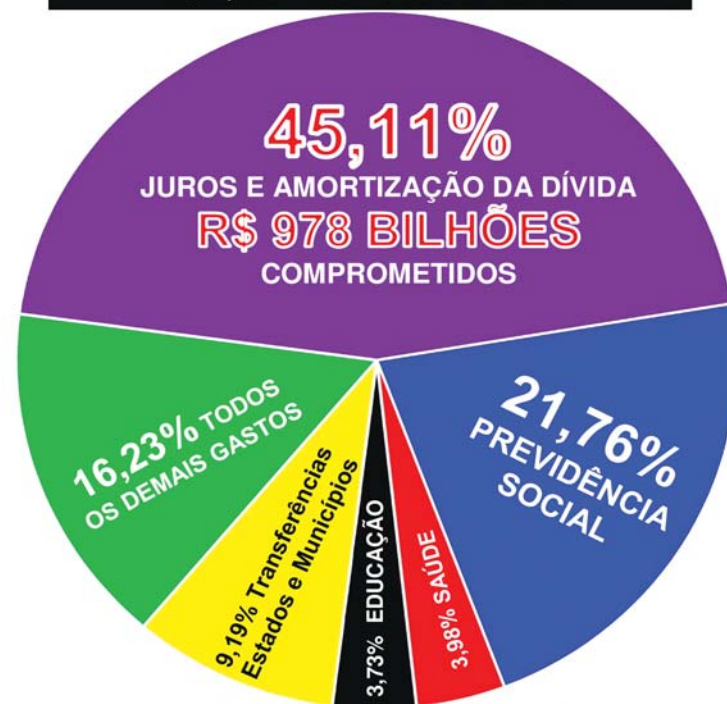
A não ser...

A Previdência Social! Que representa 21,76% dos gastos nacionais.

Sim, a Previdência é a fatia que faltava.

(FONTE: PIATÁ MÜLLER - AGÊNCIA DIAP)

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – 2014
R\$ 2,168 TRILHÕES DE REAIS

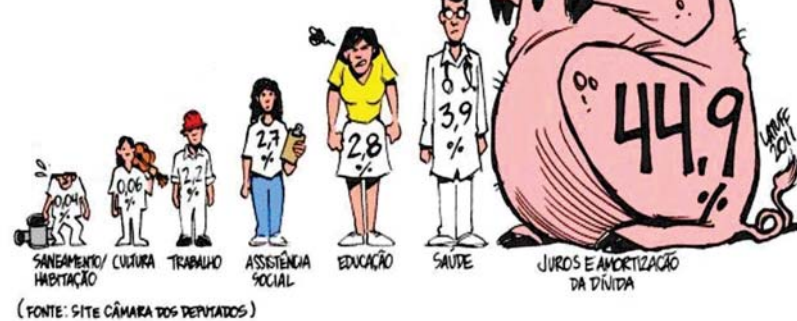


Fonte: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
www.auditoriacidada.org.br

METADE DE RIQUEZA PRODUZIDA NO BRASIL VAI PARA PAGAR JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

PELO FIM DA AGIOTAGEM INTERNACIONAL

AUDITORIA POPULAR DA DÍVIDA PÚBLICA JÁ!



Arte do Núcleo da Auditoria da Dívida da Bahia

REORGANIZAÇÃO SINDICAL A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE DA CLASSE

Os ataques que a categoria vem enfrentando são os mesmos que toda a classe trabalhadora, reformas para retirar direitos, ataque aos aposentados, desmantelamento do Estado. E para barrar estes ataques somente a luta unificada com o conjunto dos trabalhadores.

Considerando que na última plenária Estadual do Sindicato realizado em Curitiba foi aprovado realizar debate sobre a reorganização sindical bom objetivo dos trabalhadores discutirem a importância da organização sindical para enfrentar os ataques do projeto neoliberal. O SINDPREVS/PR, vai realizar reuniões nas diferentes regiões do Estado e posteriormente debates, os trabalhadores deliberarem sobre a filiação a uma central sindical.

A luta contra o PL 257 é árdua e necessária

O Projeto de Lei 257/16, aos trancos e barrancos, foi aprovado na Câmara e entrou na pauta do Senado. É mais um duro ataque aos direitos e conquistas dos servidores públicos, para os governantes neoliberais, nada e tão ruim que não possa piorar, principalmente a vida do funcionalismo.

Neste PL 257, também chamado de Pacote de Maldades do Governo, o governo apresenta situações que possibilitam o Congelamento Salarial, a volta dos programas de Demissão Voluntária, corte de até 30% nos benefícios, Demissão por contingência de gastos e aumento da Contribuição Previdenciária para até 14%.

Também destacamos as medidas que impõem limite de gastos públicos nas três esferas, Federal, Estadual e Municipal, e que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) estipulando limite para as despesas primárias do governo federal em percentual tendo por base o PIB (Produto Interno Bruto). Com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), haverá um limite de gastos públicos para cada ano. Sempre que este limite ultrapassar a meta estipulada, haverá contingenciamento nestes gastos em três fases:

Fase 1) Corte de gastos administrativos e cargos de confiança;
- Restringe a ampliação do quadro de pessoal;
- Congela reajustes reais de salários;

Fase 2) Congela qualquer reajuste de salários;
- Proíbe concessão de qualquer subsídio salarial e gratificações;

Fase 3) Suspensão de reajustes reais no Salário Mínimo
- Corte de até 30% nos benefícios dos servidores –
- Implantação de Programa de Licença Voluntária sem remuneração e Programa de Demissão Voluntária.

No dia 1 de agosto, o governo tentou votar o PL 257 na Câmara. Diretores da FENASPS, juntamente com as demais entidades contrárias a este ataque, foram para o Aeroporto de Brasília na manhã deste dia recepcionar os deputados. Foi visível o constrangimento de alguns deputados diante da nossa manifestação. À tarde fomos para o Congresso Nacional na tentativa de sensibilizar os deputados para que não aprovassem estes projeto nefasto. Após muita pressão, o PL 257 não foi votado, mas o governo conseguiu aprová-lo no dia 10 de agosto, mesmo assim, cedendo aos governadores endividados. Continuamos nesta luta agora no senado pela rejeição do PL por entendermos que ele não só ataca conquistas históricas, mas precariza o serviço público de forma maquiavélica, servindo apenas para atender aos interesses escusos da elite financeira neoliberal que sempre esteve de olho nas terceirizações oportunistas e exploratórias das atividades de competência exclusiva dos servidores públicos.

Como todas, essa luta não é fácil, e exige esforço de todos para impedir que este PL seja aprovado levando o caos aos serviços e servidores públicos. Esse governo interino (recheado de investigadores judicialmente por corrupção) está contra os interesses do país e à serviço daqueles empresários que não medem esforços para a implantação do Estado Mínimo na intenção de obter lucro fácil às custas da precarização/terceirização dos serviços públicos.

Essa luta é de todos nós. Não ao PL 257!!!



Diretores da FENASPS na Câmara dos Deputados pressionando para votarem contra o PL257



Diretores da FENASPS recepcionando deputados no aeroporto de Brasília para votarem contra o PL257



A PEC 241 PÉROLA DO GOLPE NEOLIBERAL

Mal tinha sido consumado o golpe neoliberal, o novo presidente, declarou em alto e bom som que a prioridade do seu governo é: "acelerar o processo de privatização, aprovar a emenda constitucional 241, congelando gastos públicos, concursos e salários por 20 anos. Além da reforma do Estado prevista na Medida Provisória 726, que desmantelou a Previdência Social, não medem a consequência para desmontar o Estado Brasileiro, querem ampliar ao máximo a terceirização na prestação de serviços públicos;

O que a PEC 241 apresenta é o que há de pior para as políticas sociais. Somente o amplo debate com trabalhadores e entidades civis democráticas, bom como a mobilização e a luta pode travar mais este ataque à soberania do país.

Principais ataques contidos na PEC 241:

- 1) Estabelece limite para a expansão do financiamento na Saúde e Educação, dentre outras.
- 2) Limita a política remuneratória dos servidores federais (sendo que, nos estados, o PL 257 terá efeito semelhante), a título de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, inclusive do previsto no inciso X do caput do art. 37 da Constituição, exceto os derivados de sentença judicial ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor da Emenda Constitucional que instituiu o Novo Regime Fiscal.
- 3) Suspensão a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa na administração federal, dos estados e Municípios
- 4) Não permite alterações na estrutura de carreira dos Poderes e Órgãos federais que impliquem aumento de despesa, tal como foi proposto no PLP 257 aos servidores estaduais.
- 5) Veta a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título (inclusive por concurso público), ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos (idêntico ao PLP 257).

Na saúde não é difícil imaginar que a atendimento pelo SUS ficará mais restrito – como já tem anunciado o ministro da pasta – e que os gestores públicos terão enormes dificuldades em manter as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), com as especialidades, assim como o programa Mais Médicos e o SAMU, todas políticas que até então contavam com recursos locais próprios (garantidos pela CF-1988) e com significativo repasse de verbas da União.

Em suma, a PEC 241 altera profundamente a estrutura de financiamento das políticas públicas de saúde e educação, e todas as demais, retroagindo em mais de meio século a garantia de direitos sociais previstos na Constituição – no caso da vinculação de impostos à educação, ela foi instituída em 1946, sendo que, em 1988, atingiu os percentuais até então praticados.

Assim sendo, o combate à PEC 241 é essencial para manter as políticas de inclusão social praticadas na última década, para preservar e melhorar a qualidade dos serviços públicos e para manter o caráter republicano de contratação de servidores públicos, com a perspectiva de valorizar esses trabalhadores. (Fonte: CNTE)

